

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO ENTRE SCHUMPETER, FURTADO E FHC

MARIA ALICE LAHORGUE

Graduada em Ciências Econômicas pela UFRGS, Mestrado em Analyse et Aménagement de l'espace - Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) e doutorado em Sciences Économiques Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Professora associada da UFRGS, secretária regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e diretora-geral do Instituto Christiano Becker.
E-mail: lahorgue@ufrgs.br

PAULO CRUZ CORREIA

Graduado em Economia e Administração pela Universidade Estadual do Paraná, Especialista em Economia de Empresas, Mestre em Economia Industrial pela UFSC, Doutorando em Economia Regional pela UFRGS e professor da Universidade Estadual do Paraná.
E-mail: correiapc@yahoo.com.br

JOÃO DELBIN

Mestre em Engenharia pela UFScar, Administrador e Coordenador do curso de Administração do Unipinhal, Consultor de empresas.
E-mail: joadelbin@superig.com.br

APARECIDO EVANGELISTA DE ASSIS

Graduado em Administração pelo UNIPINHAL Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal e Mestrado em Ciência da Informação pela PUCCAMP Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professor do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal.
Gerente de Controladoria da Empresa Pinhalense S/A Máquinas Agrícolas.
E-mail: assispas@uol.com.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de ressaltar as principais preocupações de Schumpeter, Furtado e FHC, quanto aos aspectos da importância da inovação para o desenvolvimento, mediante a metodologia de compilação bibliográfica e sua inter-relação com a corrente teórico-econômica desenvolvimentista. A inovação é sempre controversa. O desenvolvimento nacional vive um momento de convalidação de suas fronteiras, mediante uma multiplicidade de elementos econômicos e políticos envolvidos na consolidação de suas instituições e na busca da resposta a um capitalismo nacional menos desigual em formação. A abordagem inovacionista revive o pensamento de Schumpeter como desbravador inovacionista, e a Nova Economia do Desenvolvimento em Furtado, impondo-se um breve debate sobre os aspectos do

desenvolvimento brasileiro; e, por fim, o desenvolvimento e a teoria da dependência em FHC, com a inserção das economias menos desenvolvidas e das nações cêntricas no centro do debate.

Palavras - chaves: Inovação, desenvolvimento econômico e dependência.

ABSTRACT

The aim of this paper is to highlight the main concerns of Schumpeter, Furtado and FHC in relation to the importance of innovation for development, through the methodology of bibliographic compilation and its interrelationship with the theoretical-economic developmental line. Innovation is always controversial. The national development experiences a moment of validation of their boundaries through a multitude of economic and political elements involved in the consolidation of its institutions and also in the search for answers of a less unequal national capitalism that is still under development. The innovative approach revives Schumpeter's thoughts as an innovative trailblazer, and the New Economy of Development in Furtado, imposing a brief discussion on Brazilian's development aspects; and, finally, development and dependency theory in FHC, with the insertion of less developed economies and centric nations in the debate's center.

Key-words: Innovation, economic development and dependency.

1 INTRODUÇÃO

A idéia básica de Schumpeter (1984 e 1988) destaca que os estágios para o desenvolvimento econômico podem ser explicados pelo poder das inovações tecnológicas. Incorpora-se à análise dos impactos da inovação tecnológica no processo de desenvolvimento econômico como um todo uma perspectiva macro, bem como micro-regional dos fenômenos internos à firma. Considerando que a inovação é parcialmente endógena à concorrência, o avanço tecnológico tende a ser um elemento dinamizador da estrutura da indústria, bem como das estratégias competitivas das empresas. Para se entender a dinâmica tecnológica, é necessária a identificação da direção e do sentido do progresso técnico com destaque às características nas dimensões tecnológicas e econômicas.

No desenvolvimento de suas construções teóricas, J. Schumpeter formulou dois modelos importantes sobre a empresa inovadora: o modelo da pequena empresa inovadora fundada pelo "gênio criador" do

empreendedor e o modelo de gestão da inovação organizado pela grande empresa que procura rotinizar o processo de criação tecnológica. Esses dois modelos representam uma caracterização da empresa capitalista identificadas historicamente por J. Schumpeter: a empresa emergente, criada pelo empreendedor, e a grande empresa estabelecida, que introduz inovações rotineiramente a partir de suas atividades de P&D. Inovação tecnológica pode ser entendida além da simples referência, por Schumpeter (2005), às melhorias em técnicas de produção (função de produção) e produtos; inovações incluem, também, inovação organizacional, institucional e social.

Em Furtado (2007), a preocupação com o avanço da técnica, construindo-se um corpo de progresso técnico, sempre se mostrou presente. No processo de construção do desenvolvimento econômico, o desempenho da firma individual cumpre um papel importante, na medida em que constrói uma vantagem competitiva duradoura ou sustentável pela busca constante de

agregação de valor ao novo ou diferenciado produto. Não basta buscar estratégias que apenas garantam a sobrevivência imediata das economias menos desenvolvidas. É preciso levá-las à consolidação de um vigoroso mercado interno e, a partir daí, abrem-se caminhos para a acumulação e geração de capitais e a modernização dos sistemas de produção. Tal desafio exige maiores esforços de aprendizado voltados para vencer os gargalos da exploração internacional por meio da busca da modernização interna das economias.

Essa mudança, pode gerar endividamentos externos e dependência, quando as forças de poder estão em desequilíbrio. A exploração pela mais-valia relativa, em favor do capital que se instala nos diversos ambientes, tende a desenvolver-se de forma acelerada, num contexto em que, o combustível da liberdade - numa economia globalizada - tende a ser o aprendizado e o conhecimento conquistado, tendo como principal motor a inovação e a tecnologia. Os responsáveis e dirigentes desse motor são os atores - de forma geral - os que estão à frente, na direção dos diversos segmentos empresariais e de planejamento das políticas públicas institucionais de desenvolvimento, num ambiente em que a economia não se dissocia da política.

O objetivo deste trabalho é destacar as principais preocupações de Joseph Alois Schumpeter, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso (FHC), quanto aos aspectos da importância da inovação para o desenvolvimento. Este texto possui quatro partes, além desta introdução. Na próxima seção, apresenta-se os procedimentos metodológicos; na seção seguinte, procura-se caracterizar as principais contribuições de Schumpeter mediante a discussão da natureza e direção do progresso técnico. A seção seguinte segue com as preocupações de Furtado em relação à promoção do processo de desenvolvimento; na última seção apresenta-se as idéias de FHC em relação ao desenvolvimento, a teoria da dependência e inovação. Por fim, são apresentadas algumas conclusões.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo teve como fonte a compilação de documentos de materiais

bibliográficos como método principal na observação direta por parte dos autores. Isto em função de que se trata da apresentação de experiências de três importantes pensadores econômicos que são bastante utilizados no entendimento da problemática de questões do desenvolvimento; e, portanto, apresenta elementos relevantes a serem considerados em torno do tema inovação, desenvolvimento e políticas públicas, como uma nova organização institucional de P&D de nosso Estado e de nosso País.

Trata-se de relembrar a importância de três pensadores que buscaram, cada um a seu tempo, apresentar importantes idéias que atuassem como suporte às estratégias competitivas, tecnológicas e de desenvolvimento das economias. A fundamentação teórica não segue uma orientação rígida em termos de expô-la numa seção específica - em separado - e, sim, é discutida na medida da evolução do texto e da exposição dos elementos relevantes. Notar-se-á que, entrelaçadas aos diversos aspectos discutidos, há afirmações de natureza mais teórica.

São discussões em relação a Schumpeter - do modo de produção capitalista - e em Furtado de como esse modo de produção capitalista, teve seu curso de desenvolvimento no Brasil, não necessariamente aos moldes de Schumpeter, com vertentes ora mais política, ora mais econômica. Nos dois pensadores, a inovação ocupa importante lugar por tratar-se de uma forma institucional desenvolvimentista que amplamente se interrelaciona com o desenvolvimento do Estado. Inovação e desenvolvimento, principalmente em períodos de crise, não se fazem sem o apoio institucional do Estado, que pode atuar como grande reparador e como eficiente guardião de queda dos ciclos de crescimento. O artigo busca responder a algumas questões mais gerais e relevantes como:

2.1 Por que as inovações são importantes e definidoras do processo de desenvolvimento? Como a inovação passa a se inserir dentro desse processo e, em sua evolução, consegue formar sua rede de aparato de competências na promoção do desenvolvimento?

2.2 Por que motivos essa é uma importante questão a ser lembrada e estudada dentro do atual paradigma tecnológico e do foco de

geração de competências em meio ao ambiente da atual crise pós 2008?

2.3 Em Furtado, as preocupações de consolidação de uma política nacional de desenvolvimento - e como o país poderia se modernizar - representam formas organizacionais inovativas para sua época. Como se daria a articulação de um modelo de substituição de importações (PSI) para a articulação de uma economia inovadora menos dependente e com poder de desenvolvimento autônomo?

O desenvolvimento é função da capacidade empresarial (variável) e do aperfeiçoamento institucional. Esta é uma teoria que não tem problema de insuficiência de qualidade empresarial, é uma importante variável. O empresário passa a ser tratado como algoritmo maximizador, uma máquina que pode variar para a direita ou para a esquerda, mas que, na média, acerta. Surge a figura do empresário inovador e a figura do empresário imitador o qual não tem tanta capacidade inventiva, contudo, tem capacidade.

Para o desenvolvimento ser alavancado pelo Estado, precisam-se criar empresários, bem, ou não tão bem preparados. É necessário fazer crescer o número de empresas e, com elas, a arrecadação e o número de empregos, mesmo que a produtividade fique abaixo do esperado. Buscar-se-á, por meio desta discussão, identificar - ainda que preliminarmente - no limite das teorias schumpeteriana, de Celso Furtado e de FHC, como determinada teoria pode melhor explicar o aparato inovativo necessário ao desenvolvimento econômico. São diferentes *aproschs* teóricos, mais ou menos descritivos, em que se visa indicar como os agentes econômicos tendem a desenvolver suas ações na construção do processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. As Contribuições de Schumpeter: Inovação, Natureza e Direção do Progresso Técnico

Ao longo da história econômica contemporânea, o desenvolvimento econômico tem sido amplamente debatido. Um dos principais desafios deste objeto de estudo está colado à identificação de suas causas,

particularmente por meio de avanços técnicos¹. Vale destacar Joseph Alois Schumpeter como um dos principais precursores na identificação do progresso técnico como elemento fundamental da evolução do capitalismo, segundo o qual a tecnologia criou uma ruptura no processo de desenvolvimento, colocando-o acima do estágio em que se encontra - como se vê em sua obra: "A Teoria do Desenvolvimento Econômico" (TDE), de 1912, cujos capítulos II e VI foram reescritos em 1926.

Schumpeter (1988) debate o tema do desenvolvimento econômico com destaque ao 'progresso técnico'. Ele toma como ponto de partida uma economia relativamente estável, desprovida de variáveis que lhe permitam alavancar o processo de desenvolvimento, chamado por ele, de forma ilustrativa, de fluxo circular². Para Schumpeter (1988, p. 13), neste estado, o sistema econômico não reuniria forças para alteração de seu quadro por iniciativas próprias, mas que este sofre forte influência do 'ambiente de negócios' - característica de um estado estacionário, por força da rigidez de sua função de produção. Pode haver, no máximo, deslocamento ao longo dessas funções de produção, porém, sem o deslocamento das funções. Schumpeter destaca que, descrevendo um sistema imutável, está fazendo uma abstração ilustrativa, objetivando expor a essência do que efetivamente pode ocorrer na realidade. Dada a dinâmica da vida econômica, porém, esta não pode ser compreendida por meio da análise do fluxo circular.

Para Schumpeter (2005), esta dinâmica pode ser perturbada por duas circunstâncias que mexem com o equilíbrio do sistema econômico: (i) a fricção, quando a eficiência do organismo econômico pode ser afetada por fatores como o erro, o contratempo, a

¹ O papel da inovação tecnológica aparece, embrionariamente, nos trabalhos de Adam Smith (1776), destacando a necessidade da melhoria técnica e o aperfeiçoamento da divisão do trabalho no sistema econômico e, em Karl Marx (1867), por meio do tratamento do fetiche da mercadoria. A este respeito pode-se ver: CERQUEIRA, H. E. A. G.; ALBUQUERQUE, E. M. Ciência e tecnologia na dinâmica capitalista: a elaboração neo-schumpeteriana e a teoria do capital. VI Encontro Nacional de Economia Política. Anais. São Paulo, junho de 2001.

² POSSAS (1987) destaca que o fluxo circular é o pilar do sistema schumpeteriano onde as premissas principais são: a propriedade privada, livre empresa, concorrência livre e pura e, ausência de incerteza.

indolência, imprevistos como catástrofes naturais ou coisas semelhantes com o poder de modificar o fluxo circular; e, (ii) alterações espontâneas e/ou aleatórias nas informações com as quais os agentes econômicos costumeiramente podem contar para suas tomadas de decisões. Tais alterações provocam mudanças e exigem tempo de readequação e/ou adaptação. Além do que, é nos períodos de adaptação que aparecem os desequilíbrios e, por consequência, as quase-rendas destacadas em Marshall.

Para Schumpeter, os lucros são algo confuso no fluxo circular; pois destaca somente a existência de terra e trabalho, como fatores de meios de produção, os quais são remunerados na forma de rendas e salários. Além disso, podem surgir os fatores de desequilíbrios do fluxo, assim como os ganhos temporários, as quase-rendas marshallianas, os lucros derivados de monopólios, os ganhos com especulação financeira e, mesmo, os juros (POSSAS, 1987).

Em SCHUMPETER (1988), o capitalismo é visto como um processo evolutivo, onde o fenômeno do desenvolvimento econômico é o empresário inovador - não necessariamente o capitalista. Diferentemente em TDE, o autor passa a ver o empresário como um inovador tipo burocratizado - o agente econômico que traz novos produtos para o mercado por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, diferentes materiais e forças produtivas, e/ou por meio da aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica. Pela sua própria natureza, o sistema econômico está em permanente mudança.

As combinações, entretanto, tendem a aparecer em fluxos descontínuos - o que induz o desenvolvimento ser definido a partir de novas combinações que geram um 'estado de desequilíbrio' no sistema econômico - que se podem dar por meio de duas formas: (i) por novas empresas que quase sempre são independentes - e não surgiram da antiga - porém estão instaladas ao lado destas; e, (ii) pelo emprego de diferentes formas de recursos de produção de formas diferentes. Assim, as novas combinações dos meios de produção tenderão a prosperar se estiverem sendo usadas pelos agentes econômicos. O foco do desenvolvimento está em produzir diferentes produtos, empregando diferentes recursos de forma diferente (SCHUMPETER, 1988 e 2005).

Na visão schumpeteriana, a mudança técnica é o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico que induz a dinâmica capitalista que nunca pára. A concorrência, por meio da inovação, é o principal impulsionador das transformações das formas de produção e reprodução capitalista, mesmo num estado de concorrência eminentemente potencial. A partir dessas alterações evolucionistas, impulsionadas pelo processo de concorrência, rompe-se o quadro de equilíbrio destacado no fluxo circular. Schumpeter destaca as principais fontes que podem modificar o processo concorrencial: a criação de novos produtos, novos mercados, novas fontes de matérias-primas, novos métodos de produção e, novas atividades, ou novas formas de organização industrial criadas pela empresa inovadora. São novas combinações que impactariam no sistema econômico, colocando a análise da competitividade da economia em outro patamar. Assim, Schumpeter (1988, p. 48) destaca os novos *fronts* da mudança técnica com poder de impactar diretamente na dinâmica capitalista e, por sua vez, no processo concorrencial: "3.1) Introdução de um novo bem - ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estejam familiarizados - ou de uma nova qualidade de um bem; 3.2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação que, de modo algum, precisa ser baseado numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria; 3.3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer este mercado tenha existido antes, ou não; 3.4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas, ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia, ou teve que ser criada; 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação), ou a fragmentação de uma posição de monopólio".

Todas estas novas formas e questões apontadas por Schumpeter determinam o novo '*modus operandi*' do processo de concorrência entre as empresas e afeta os agentes

econômicos em geral. São novas formas de organização do processo capitalista impulsionadas pelas mudanças técnicas que impactam sobre o processo de mutação industrial empresarial, impondo uma destruição sobre a forma antiga e gerando uma nova a partir de dentro do sistema. Schumpeter (1984) chamou esse processo de “destruição criativa”.

Schumpeter (1988) destaca, ainda, o papel do capitalista, ou banqueiro, em incentivar o empresário por meio da oferta de capitais a fim de que este promova com criatividade o fomento da atividade econômica. Ao capitalista (banqueiro) cabe a tarefa da escolha da promoção dos fatores de produção nesta ou naquela direção. São os donos do capital os maiores credores do processo capitalista, enquanto os empresários assumem a típica posição de devedores com a incumbência de desenvolver uma atividade produtiva, por meio da transformação criativa dos meios de produção, com poder de gerar lucro e reembolsar o capitalista. Ambas as partes têm o poder de decidir o destino das novas combinações dos fatores de produção. Assim, ‘o capital e o crédito’³ são o cerne da questão’, como elementos indispensáveis à promoção do desenvolvimento econômico.

4 - AS CONTRIBUIÇÕES DE CELSO FURTADO: OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO VIA INOVAÇÃO

Celso Furtado apresenta uma grande preocupação do país em encontrar os caminhos do desenvolvimento, desde a sua formação, partindo de suas primeiras bases de constituição política, de nação, e passando por um grande número de diferentes fases que envolvem: acertos em relação à política econômica interna e externa, principalmente em relação ao câmbio - em relação ao poder central e dos estados por meio da nomeação dos governadores -, pela consolidação de algumas correntes culturais quando o sul se diferencia do norte e nordeste do país, pela consolidação de um aparato de trabalhadores assalariados e da mudança da matriz produtiva do país, partindo da hegemonia rural para uma industrial, tendo início nos anos de 1890 e se

consolidando com o ápice dos anos de 1930 aos de 1960 (SILVA, 1976; FURTADO, 2007).

O processo de desenvolvimento toma impulso com a economia cafeeira que cresceu com superprodução à frente de sua demanda. No período entre 1925-1929, essa era a atividade chefe do desenvolvimento nessa época. As dificuldades advindas do período, com a ‘crise de 29’, impuseram fortes barreiras às atividades de exportação, que tinham, no café, seu produto principal, passando-se pelo convênio de Taubaté, onde se buscava uma solução para a crise cafeeira no Brasil. A retenção da oferta, chegava às vias de destruição, por meio da queimada do produto, a fim de se manter o nível de atividade econômica no campo e nos setores afins, naquele período (COHN, 1969; FURTADO, 1975a e 2007).

Essas foram ocorrências que exigiram das autoridades de política econômica, modificações na forma de se observar o processo de desenvolvimento, implicando numa decisão de interferência, visando modernização do aparelho dinamizador do processo de desenvolvimento econômico no país. As modificações tinham, por outro lado, um especial olhar de estímulo de crédito. Os créditos para as exportações, com o oferecimento de subsídios e redução da taxa de câmbio, características essas aliadas às modificações sociais do ambiente com a ampliação da população e do urbanismo nascente, poderiam oferecer novas tomadas de modernização do processo de desenvolvimento do país (COHN, 1969; SILVA, 1976; FURTADO, 2007).

Um dos primeiros sinais dessa modernização foi o nascimento do mercado interno, impulsionado por um levante de corte das importações. A atração de capitais direcionados a setores exportadores também era uma forma de se buscar o equilíbrio do balanço de pagamentos. Como exemplo desse olhar modernizador dos aspectos econômicos do país, a indústria têxtil, considerada, então, uma indústria de tecnologia madura, experimentou a aquisição dos primeiros equipamentos de segunda-mão no exterior. Em seguida, na esteira da depreciação cambial, vem a indústria de bens de capital, inicialmente de ferro, aço e cimento, onde, a partir de meados de 1931-32, a economia dava mostras de que havia encontrado forças, dentro dela mesma, para anular os efeitos depressivos

³ O crédito que interessa a Schumpeter é o associado à “criação de direitos sobre frutos da produção futura, mediante a transferência de poder aquisitivo prévio à existência dos bens e se supõem lastreá-lo” (POSSAS, 1987, p. 175).

vindos de fora (SILVA, 1976; FURTADO, 1983a, 2007).

São os primeiros sinais de adoções claras de *fronts* inovadores para uma economia nascente articulada nacionalmente. Assim, a produção industrial elevou-se em cerca de 50 por cento, entre 1929 e 1937, assim como a produção primária destinada ao mercado interno expandiu-se mais de 40 por cento. Com isso, a direção da economia dava seus primeiros passos não só em direção a uma economia de exportação de matérias-primas, mas nascia e se fortalecia pós-1933, com o modelo de substituição de importações. O país aproveitava-se do advento dos altos preços relativos dos produtos importados para intensificar, ainda que de forma incipiente, a produção de produtos industriais, aproveitando-se dos recursos da terra, como algodão para a indústria têxtil, madeiras para a indústria moveleira e dos recursos de terra e mão-de-obra preexistentes. Contou-se, ainda, com a consolidação de uma massa de assalariados para o fomento e a geração do mercado interno. Com a manutenção de certa estabilidade e a eficiente modificações na taxa cambial, a indústria passa a ganhar cada vez mais força e a gerar renda (SILVA, 1976; FURTADO, 2008).

Em grande medida, a cesta de bens de consumo determina os métodos produtivos empregados, tecnologicamente, mais ou menos avançados, com impactos na intensidade relativa do capital e do trabalho. Esta importante questão está intimamente colada à autonomia cultural; o que permite que as classes de renda mais baixas se confrontem com às de nível alto, permitindo o acesso da massa trabalhadora a formas de consumo mais refinadas. A questão cultural⁴ tende a ser largamente controlada por meio de grupos do centro do sistema com representantes locais interessados em intensificar o nível de exploração: uma porta de entrada para o intercâmbio desigual, fortemente utilizada pós-revolução industrial, visto que a exploração e acumulação são os principais motores da criação e recriação de novos capitais e geradora de dependência (QUIJANO, 1971; FURTADO, 1961, 2007).

Supõe-se, entretanto, que as economias subdesenvolvidas, ou em

⁴ Autonomia Cultural: uma sociedade só é independente, quando há uma independência cultural.

desenvolvimento, são, por sua natureza, dependentes, mas não se supõe que algumas formas sociais de submissão são determinantemente criadas nesses países, mas um quadro revelado de profunda dependência que tende a impregnar o subdesenvolvimento, ao invés da passagem ao desenvolvimento. A saída poderia advir de incentivos ao comércio exterior. A economia poderia, aos poucos, direcionando-se para substituir os bens importados por produzidos internamente - atividades tradicionais rurais - para um substancial mercado interno, onde todas as classes tenham significativo poder de consumo. O progresso e o desenvolvimento decorrentes disso também podem gerar desequilíbrios ao nível dos fatores, pela rigidez das funções de produção, exigindo-se ajustes de tecnologia permanentemente (SILVA, 1976; FURTADO, 2007). Para FURTADO, (1975b, p.56):

A industrialização, nas condições de dependência, de uma economia periférica, requer intensa absorção de progresso técnico sob a forma de novos produtos e das técnicas requeridas para produzi-los. Na medida em que avança essa industrialização, o progresso técnico deixa de ser o problema de adquirir no estrangeiro este ou aquele equipamento e passa a ser uma questão de ter ou não acesso ao fluxo de inovação que está brotando nas economias do centro.

O fluxo de inovações incrementais⁵ e radicais⁶ precisa ser capturado e internalizado pelas economias em desenvolvimento, construindo um aporte de conhecimentos que lhe valha assegurar uma opção sobre as futuras correntes inovativas que possam surgir. Ademais, o preço da geração de tecnologias tende a ser elevado, exigindo cooperação entre empresas nacionais e transnacionais. Essa é uma forma comumente utilizada para apressar uma industrialização retardatária que pretende buscar um nível similar ao dos países centrais (FURTADO, 1981, 1975b).

Nos muitos países menos desenvolvidos, à medida que avança o processo de industrialização, mais apurado

⁵ Inovações incrementais: o aprendizado se dá, por uso, no aprender a fazer, pois este aprendizado é cotidiano, não provoca mudanças estruturais (ROSEMBERG, 1979).

⁶ Inovações radicais: as que modificam paradigmas com um novo impacto, com mudanças intencionais no desenvolvimento do conhecimento, mudam o padrão setorial significativamente (ROSEMBERG, 1979).

tende a ser o controle do aparelho produtivo, por parte de grupos estrangeiros. A dependência, que antes era padrão de imitação, agora pode se enraizar pelo sistema produtivo, refletida em empresas subsidiárias que tendem a adotar um mesmo padrão das firmas do centro. Inicialmente, a tendência é a de inserção em setores de tecnologias menos exigentes como: alimentos, tecidos, confecções, móveis e objetos de couro; o artesanato pode ser uma especificidade dessa indústria. O fomento desse quadro industrial não chega, entretanto, a modificar de forma significativa a estrutura de uma economia subdesenvolvida, tendendo a ser insuficiente na geração de um vigoroso mercado interno e a ocupar reduzidos vínculos com outras atividades industriais, gerando baixas economias externas.

No período de substituição de importações, entre 1933 e 1962, tem-se início a formação de um sistema industrial. Tratava-se de minoritária indústria modernizada voltada para bens de consumo diversificado, que tendiam a enfrentar problemas de deseconomias de escala. Em nível das empresas, a solução parcial se dá por meio dos subsídios, mas, em nível social, tendem a acarretar elevados custos. As grandes empresas migraram de seus países centrais, contribuindo inicialmente com um quadro eufórico de crescimento, enaltecido pelo poder político central, mas, diante de sua inadequada integração, e/ou de sua vulnerabilidade às crises externas e à redução de incentivos, enfrentaram uma redução das taxas de crescimento de suas atividades com as crises da balança de pagamentos e de endividamento externo - resultado da exaustão do processo de substituição de importações (TAVARES, 1999; FURTADO, 1983b, 2008).

O subdesenvolvimento pode se reproduzir num horizonte temporal, quando, pela divisão internacional do trabalho, enaltecido pela revolução industrial, deu-se origem a um excedente, permitindo às classes dirigentes acesso a padrões diversificados de consumo, por meio do progresso técnico e acumulação de capital. É o que permite a geração do capital como valor que se valoriza. Com isso, nos muitos países menos desenvolvidos, elevou-se a taxa de exploração sem redução do salário real e independentemente da assimilação, dessas economias por novas técnicas produtivas.

Assim, vieram os países periféricos ou menos desenvolvidos em meio a um perfil de demanda marcada pela descontinuidade e quando os rendimentos e a acumulação tenderam à queda; a industrialização seguiu os caminhos da substituição de importação (PSI) (FURTADO, 1961; QUIJANO, 1971; TAVARES, 1999).

Alguns traços marcantes que passaram pela divisão internacional do trabalho, articulados pelas nações centrais são a ruptura cultural, manifestada no processo de modernização via imitação. O crescente custo da tecnologia no acompanhamento dos padrões de consumo, naturalmente, tende a facilitar a internacionalização das economias, que em muitos países subdesenvolvidos foi utilizado para uma modalidade de exportação de mão de obra barata disfarçadas de produtos manufaturados (FURTADO, 1961, 1983b; TAVARES, 1999).

Esse é um quadro de geração de subdesenvolvimento que, assim como o desenvolvimento, também se caracteriza como um processo, que pode reproduzir-se no tempo. A geração e evolução desse modelo é parte do processo de evolução e retração do capitalismo. Os ganhos ficam por conta das economias que conseguem internalizar ganhos de eficiência técnica, capturando-se ganhos de renda para a força de trabalho e as camadas mais desassistidas do processo. Arregimentar forças para quebras de ciclos de "marasmo" e implementar um progresso técnico - principalmente nos setores de maior encadeamentos - vencem as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento (FURTADO, 1983b; SCHUMPETER, 1988).

Embora o desenvolvimento seja o desejo de todas as nações, ele se dá pela acumulação e pelo progresso técnico, por meio da introdução de novos processos produtivos, a fim de se ampliar a eficiência dos insumos, bem como por meio da introdução de novos produtos. A opção de se orientar o desenvolvimento para o consumo das classes mais privilegiadas pode penalizar ainda mais as desigualdades sociais e elevar o custo de operação do sistema econômico nos muitos países menos desenvolvidos. A adoção de fortes gastos em pesquisa e desenvolvimento pode permitir a economia em médio e longo prazo modernizar seu parque industrial, incorporando a indústria automobilística e

outras de elevadas exigências de capacitação técnicas - como a química e farmacêutica. Assim, a diversificação da cesta de produtos tende a se diversificar com a renda per-capita caminhando para novos padrões de consumo em toda economia (CARDOSO e FALETTO 1979; FURTADO, 1983b, 2007).

Nesta fase, as indústrias multinacionais levam vantagens em relação às nacionais, mas o diferencial de inovação oferecido pelas multinacionais é importante para puxar a inovação via imitação por parte das nacionais que, no longo prazo, podem assumir uma postura agressiva e se equipararem às multinacionais, formando um sistema industrial significativo. As multinacionais ficam atentas aos rendimentos decrescentes quando sua economia reduz o mercado interno (DOSI, 1982; FURTADO, 1983b, 1989).

O processo de desenvolvimento da economia brasileira trilhou muito destes caminhos aqui destacados. Partindo-se dos anos de 1930, com a utilização dos excessos de rendas do setor cafeeiro, canalizadas para a promoção da indústria nascente, através da promoção do modelo de substituição de importações dos anos 1933 a 1962, embora inicialmente fossem as indústrias que produziam para a minoria modernizada, com intensa absorção de progresso técnico sob a forma de novos produtos e de novos processos. Com a implementação de uma série de leis complementares, no governo de Getúlio Vargas, aos trabalhadores urbanos como a lei do salário mínimo e da jornada de trabalho, assinalando, assim, um caminho para a formação de demanda permanente do mercado interno. No governo de Juscelino Kubitschek (JK), os grandes investimentos em infraestrutura - como a construção de Brasília e de uma rede nacional de rodovias, a Belém-Brasília, por exemplo - e ainda uma política de endividamento externo, possibilitou-se seguir com os subsídios iniciados com o modelo de substituição de importações (SILVA, 1976; FONSECA, 1999; FURTADO, 2007).

O período que segue é marcado por redução do nível de crescimento do PIB, entre 1963-1966. Para Furtado, nesses momentos, o sistema se mostra incapaz de produzir espontaneamente o perfil de demanda com força de assegurar uma taxa estável de crescimento. Embora estivéssemos no período de ouro do capitalismo mundial - que se estendeu entre os anos de 1948-1970 - a nova

Constituição com as reformas fiscais de 1967 foi propícia ao país, no regime militar, aproveitando-se de um ambiente de extensa liquidez internacional, auferindo as altas taxas de crescimento do período do milagre econômico brasileiro entre 1968-1973. O país chegou à quinta economia do mundo, embora com forte endividamento externo. No período que segue, notadamente do II PND, 1974-1979, não se conseguiu manter o mesmo nível de investimentos, principalmente em bens de capitais duráveis. O plano, demasiadamente ambicioso, não podia mais contar com o mesmo nível de liquidez internacional que com a crise americana do final da década de 70 - com fortes elevação da taxa de juros externo - impunha uma estagnação, com ampliação do nível de endividamento e aceleração do processo inflacionário (TAVARES, 1999; BACHA e BONELLI, 2005; FURTADO, 1981, 2007).

A década de 80, perdida, quando o país dava um passo para frente e outro para trás, crescia num curto ciclo e retrocedia no seguinte, sempre marcado pelo descontrole inflacionário. Tornou-se assíduo freguês do FMI, na busca de manter o equilíbrio de suas contas externas. O país passou por diversos congelamentos: com o plano Funaro de 1986, do ministro Dilson Funaro; o Plano Mailson da Nóbrega, do ministro de mesmo nome, de 1987; os planos Collor I e II em 1990 e 1991, comandados pela ministra Zélia Cardoso de Mello, quando a inflação chegou a 85% ao mês. Dá-se então o confisco de poupanças, um completo arrocho no consumo para deter o avanço dos preços, nas palavras do então presidente Fernando Collor de Mello: “uma paulada na inflação” (BACHA e BONELLI, 2005, FURTADO, 1989, 2007).

Entretanto, nem paulada, nem confisco, nem congelamento surtiram efeito, porque os agentes econômicos, estavam acostumados a trabalhar em seus cálculos econômicos com uma cultura de sempre expectativa de inflação futura, convalidada pela correção monetária. Essa correção monetária só é vencida com o Plano Real de 1993-1994. No bojo deste plano, uma tablita corrigia a conversão da Moeda Cruzeiro para a Moeda Real, pondo fim à memória inflacionária existente até então. Seguiu-se a paridade de um Real para um Dólar até 30/01/1999. Após essa data, o governo de FHC, promove uma desvalorização de 50%, elevando a conversão do Real de 1,00

para 1,50 de dólar (BACHA e BONELLI, 2005, FURTADO, 2007).

No campo político, as reduzidas taxas de crescimento do PIB, não mais convalidavam a permanência de um governo militar, com o clamor da sociedade, por eleições diretas. Após 1979, vieram a lei da anistia e as eleições indiretas de 1985, sendo eleito Tancredo de Almeida Neves que faleceu dias antes de tomar posse. Em seu lugar assumiu José Sarney, que entregou o governo para Fernando Collor de Mello no início de 1990. O modelo político/econômico neoliberal que teve início nos anos 80 - na Inglaterra com Margareth Thatcher e Ronaldo Reagan nos EUA - foram aprofundados nos anos 90 nos países menos desenvolvidos. A ordem era para que o governo saísse fora do campo econômico, sobressaindo-se as leis da mão-invisível da livre iniciativa do mercado onde, se cada agente realizasse o que era melhor para si, a satisfação de todos seria contemplada. Essa forma acentuou ainda mais as desigualdades que vinham se instalando desde o início do período militar, estabelecendo maior distanciamento entre os que ganhavam mais e os que ganhavam menos, com consequente arrocho salarial (TAVARES, 1999; BACHA e BONELLI, 2005, FURTADO, 2007).

Na década de 90, a globalização de produtos, hábitos e costumes ganha notoriedade. Com o mercado financeiro em evidência, os investidores buscam países de maior garantia de rendimentos. A corrida, a especulação, seguem promovendo crises na Argentina, no México, na Rússia e por fim, pós 2008, nos EUA e na Europa. No campo econômico, a desvalorização do Real, aos 30/01/99, propiciou ao parque industrial nacional, a possibilidade de inovação via reformulação de seu parque de M&E. Era melhorar as condições do processo produtivo para dar guarida a uma crescente demanda do mercado interno, aproveitando-se o advento dos ganhos de renda por força do controle da inflação. A redução do Estado na economia foi promovido por meio de amplo programa de privatização de empresas públicas, muitas destas financiadas com os próprios recursos do governo federal, por meio do BNDES - notadamente empresas do setor de energia e comunicação. - Era a porta aberta para a internacionalização da economia (FONSECA, 1999; BACHA e BONELLI, 2005, FURTADO, 2007).

Na década de 2000, principalmente pós 2003, a internacionalização da economia é buscada num caminho inverso. É o governo brasileiro que visita um grande número de países do mundo a fim de ampliar as relações comerciais entre o Brasil e esses países, uma saída vista para assegurar o nível de atividade econômica e manter o equilíbrio do balanço de pagamentos. Internamente, desenvolvem-se programas de renda mínima, busca-se promover ganhos reais ao salário mínimo, algumas ações que ampliam e dão sustentação ao mercado intermerece destaque é a do preço da inovação. Normalmente as novas tecnologias são utilizadas para garantir às firmas um sobrelucro, até que as demais se equiparem a ela. Ocorre que o sistema capitalista nacional ainda não se encontra de todo estruturado para assegurar a contínua expansão das inovações. Ademais, o sistema não está imune a crises. Então, a intensidade de geração de inovação, ou progresso técnico, têm de ser incentivado pelo poder público, com especiais programas, por meio da eficiente articulação de um sistema nacional e um sistema local de inovação, para enfatizar o dinamismo do processo de geração, apropriabilidade e internalização dessas inovações nas rotinas das empresas, até que os agentes internos e externos ganhem confiança e possam, continuamente, aplicar recursos no progresso técnico, como um dos carros chefes do processo de desenvolvimento junto com o potencial de acumulação da economia do país (CARNEIRO, 2006; FURTADO, 2008; COLISTETE, 2010).

5 - AS CONTRIBUIÇÕES DE FHC

5.1 - FHC e os caminhos do desenvolvimento via dependência e inovação

Os estudos de FHC dão ênfase ao estudo do desenvolvimento colado à teoria da dependência. Tenta explicar por que as sociedades são dependentes. Essa teoria se manifesta, conforme se apresenta em vários autores, como Weber, por meio da análise de forças sociais, poder e dominação; dentro do marxismo, em Gramsci, Lukakis e Sartre (existencialismo); em Lenin, principalmente em relação a subordinação de um modo de produção a outro. As vertentes pioneiras dão ênfase aos obstáculos ao "desenvolvimento nacional"; na perspectiva marxista, dá-se ênfase às análises sobre o capitalismo

internacional monopólico; e, em relação à caracterização do processo histórico estrutural, dá-se destaque às relações de classe que permeiam a dinâmica das sociedades dependentes; dá-se enfoque, ainda, à questão política-econômica internacional colada a grupos de interesses de políticas locais, num movimento de geração e embate de contradições e lutas internas. Assim, as mazelas do sub-desenvolvimento são explicadas por um quadro de dependência externa que teve suas primeiras manifestações passando pelo feudalismo e imperialismo (FARIA, 1971; CARDOSO, 1980).

O foco metodológico utilizado por FHC, enaltece a existência de um processo histórico, por meio de cortes entre estruturas. As diferenças entre um e outro período são o método histórico-estrutural de análise da transformação das sociedades latino-americanas, com ênfase ao Brasil, analisadas por meio de um desdobramento lógico da dialética abstrata. Nas palavras de CARDOSO, (1980, P.43):

A passagem do abstrato ao concreto se faz pelo processo de determinação, ou seja, de elaboração da ordem pela qual se hierarquiza e se articula um conjunto de relações e se distingue este conjunto (totalidade) de outros conjuntos. Para isto, é necessário produzir os conceitos que permitem articular e delimitar os conjuntos de relações.

E, apegando-se à corrente teórica marxista, destaca que: "o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso". E conclui oferecendo uma idéia geral de seu foco metodológico, afirmando que, em relação à análise concreta: "supõe a elaboração dos conceitos que permitem organizar a unidade do diverso. Ao mesmo tempo esta "unidade" não apaga as diferenças, não dissolve as particularidades na "abstração" representada por idéias gerais". Essas idéias definem um universo de discurso teórico e, por meio de um processo histórico, reafirma que: "a História só se deixa apreender por meio dos conceitos que a organizam; por certo, o processo social emite os sinais que, sob a forma de ideologia, indicam os contornos entre as coisas" (CARDOSO, 1980, p. 56).

No início dos anos 60, as correntes discutiam: i) Por que a crise? Por que a estagnação? A CEPAL responde de uma forma marxista e os trotskistas de outro? Qual é o

papel da burguesia (empresariado) nacional? E, qual é o futuro dos países da América Latina? É o que se pergunta. Tem-se a crise de retração das taxas de crescimento, de ampliação das taxas de inflação e o desajuste ao aparato institucional do país. João Goulart compra a idéia de reformas. Ela resulta frustrada e vem o golpe de 1964, apoiado pelo empresariado. Antes de 1964, FHC detecta que o empresariado brasileiro rejeita a parceria com o proletariado nacional. Do lado da CEPAL, esta se centra na divisão internacional do trabalho. FHC mostra que a Cepal é um ganho para a discussão de problemas dos países da América Latina, mas, com limites, cai a CEPAL no erro de que periferia é periferia e que decisões do centro condicionam a periferia (CARDOSO, 1973, 1980).

Para a CEPAL, a crise se dá por falta de demanda e demanda de consumo. Não vai ser o centro da análise, mas assume que o capitalismo no Brasil consegue se reproduzir sem distribuir renda. Pode-se ou não distribuir renda, depende das condições históricas. A lógica do capital não leva em si a distribuição. Pela experiência histórica, há ausência de regulação, como pela liberdade do *laissez faire* que tende à concentração, mas, variáveis políticas – legislação trabalhista, sindicatos, uma sociedade organizada, culturalmente avançada para a participação nas decisões mais importantes em relação ao futuro do país – podem frear a lógica concentradora do capital, porque o desenvolvimento econômico, por si só, não leva à distribuição (CARDOSO, 1973, 1978, CINTA, 1980).

Os trotskistas concordam com a tese da estagnação e a CEPAL propõe desenvolvimento com divisão de renda. Para os trotskistas, a estagnação é fenômeno intrínseco, cultural, e a burguesia não é mais a revolucionária como do século XVII ao XIX e o capitalismo está nos últimos suspiros, com a tendência de redução de lucro. Essa é uma forte questão que se reflete no primeiro mundo e é repassada à periferia. Mas, o que se reproduz nos países da América latina, não é o capitalismo, mas a miséria e o futuro da América Latina tenderia ao fascismo ou socialismo. Que fascismo e que socialismo, com sociedade excludente e mais valia absoluta galopante (CARDOSO, 1980; FONSECA, 1999).

Para FHC, o desenvolvimento capitalista é acumulação de capital, exploração

da mais valia absoluta - por meio da extensão da jornada de trabalho - e relativa, por meio da modernização técnica e dos processos de produção. Não se está estagnado, porém, não se tem marasmo. Estão revolucionando-se as forças produtivas, num ambiente em que nunca a lógica do capital foi de distribuição. Em termos de *laissez faire*, a lógica é de concentração, mas a América Latina, ao contrário da moda da CEPAL não está condenada à estagnação (CARDOSO e FALETTO, 1979; CARDOSO, 1980).

O capitalismo entra nos ambientes econômicos e pode ser por meio do imperialismo, a exemplo de Canadá e Argentina, e tende a revolucionar as forças produtivas, pela incessante busca do lucro. É este que move o capitalismo em busca da eficiência técnica dos meios de produção, remodelando a rotina das empresas, bem ao modo da destruição criativa de Schumpeter, dando nova conformação aos ambientes econômicos. Tenta-se superar o debate de dualismo cepalino, de mercado interno e externo. A crítica é a crença da CEPAL ao desenvolvimento nacional autônomo, mas o empresariado nacional busca fora a tecnologia, por meio de M&E, quando esta, do ponto de vista de seu custo, seja inviável de ser produzida internamente. Estão presentes na teoria da dependência as variações políticas e variações externas. Tenta-se superar a dicotomia de fora para dentro, dá-se ênfase no sentido de que, um dos erros da CEPAL é que ela não trabalha com variáveis políticas. As forças que equilibram o poder estão, deste modo, fora do jogo e, para FHC, essas forças podem ser determinantes, como quando a classe dos tenentes, descontentes com o alto escalão do exército, foi decisiva para a revolução de 30 e ao golpe de 64 (CINTA, 1980; CARDOSO, 1980).

Quando se diz, entretanto, que existe dependência, não se propõe dependência, mas é difícil a burguesia (empresariado nacional) liderar a revolução burguesa, normalmente se associa e se recria um subdesenvolvimento associado, a grupos de poderes internos e externos. Alguns estudos até supõem uma forte força no papel da burguesia nacional, podendo existir, mas não é o agente principal de mudança. Por que a CEPAL acredita na burguesia? Porque prescinde da análise política, sem olhar variáveis internas. Tem relação com externas, mas tem força interna

muito forte. É como olhar as disputas dos anos 30, entre as disputas do imperialismo inglês e do imperialismo americano, descartando as variáveis internas, como se o exército não fosse classe social. Isso faz parte da história e do aprendizado, ela não nasce por si só. A interpretação do país é uma sucessão de coisas que se faz por diversos ângulos, incluindo o da dependência externa tecnológica (QUIJANO, 1971; CARDOSO, 1978, 1998, FONSECA, 1999).

Em sua tese, FHC estuda política e desenvolvimento em sociedades dependentes de 1962. Com Gramsci, Lukakis e Marx, faz pesquisa empírica, entrevistando o empresariado e confronta idéias desses empresários com o que está nos modelos científicos. Constata que capitalismo e parlamento não se aproximam muito, e questiona com que segmentos os empresários querem alianças? Com a classe média e outras, e os trabalhadores aparecem em sétimo lugar. A conclusão é a de que o modelo democrático burguês não passa pelos empresários, pois estes não propõem revolução⁷ ao lado dos trabalhadores. O latifúndio, típico das investidas para uma reforma agrária, também não aparece como empecilho ao desenvolvimento. Pode ter sido na Europa. Pelo modelo e os resultados das pesquisas de FHC em sua tese, constata-se que não é isso que acontece (CARDOSO, 1978, 1980).

Em grande medida, o movimento do desenvolvimento tem sido visto por grupos de esquerda e por liberais ortodoxos como que articulado por meio de campanhas nacionalistas, do esforço da constituição de empresas monopólicas estatais com poder de recriação de subsidiária. Isso foi o eixo orientador do nacionalismo desenvolvimentista das virtuosas conquistas nacionais dos anos 30 e 60, seguindo-se orientador do pensamento crítico até 1964. Quando o nacional-populismo deixou de lograr êxito e a burguesia nacional (empresariado) entrou no jogo imperialista, também deixou de ser viável o "desenvolvimento nacional-burguês", e o novo desenvolvimento sonhado tornou-se subdesenvolvimento associado. É a crítica à sociologia do desenvolvimento, ao populismo

⁷ Em Florestan Fernandes, a revolução burguesa, começa em 1908 e se consolida em 1930, com a consolidação do Estado Nacional (FERNANDES, 1981).

ainda, ao desenvolvimento nacional-burguês (CARDOSO, 1978, 1979).

Uma esperança que se tinha, por meio do "círculo do seminário de Marx" da USP, da qual FHC foi integrante, a partir de 1958, era a de que a luta anti-imperialista pudesse promover uma reorganização da economia e da política nacional, com o impulso das mais importantes empresas estatais e de uma agricultura estimulada por meio da reforma agrária, quando pudesse ser possível desbravar os caminhos da industrialização, tornando-se forte este setor de empresariado nacional, enquanto se aumentava a participação popular na política. Seguindo-se a tradição cepalina, foi sugerido o fortalecimento de núcleos nacionais de decisão política (do Estado), ao lado do fortalecimento do mercado interno, como pré-requisitos ao desenvolvimento. A teoria, contudo, na prática tende a obedecer um processo e a se dar de modo diferente do planejado, em função de que o jogo de forças atuantes tendem a modificar as trajetórias dos circuitos previstos, e, assim, o que se deu foi no golpe militar de 1964. Assim nas palavras do próprio CARDOSO, (1980, P.63):

Foi no processo de realizar um estudo sobre os empresários nacionais, entrevistando-os, que pude ir mais longe na crítica às bases sociais e políticas de tal estilo de "projeto desenvolvimentista". Isso ocorreu, entretanto, não apenas porque os dados coligidos chocavam com os quadros de referência ideológica, mas porque na época das entrevistas (julho de 1961-outubro de 1962), depois da renúncia de Jânio, as condições políticas do país haviam acirrado a luta de classes. Parte ponderável do empresariado nacional conspirava claramente com grupos estrangeiros, organizava-se politicamente e enfrentava ao mesmo tempo o sindicalismo nacional-populista e o governo que a esquerda acreditava ser "da burguesia nacional". Naquela altura eu resumia a conclusão a que chegara quanto à inviabilidade do desenvolvimento nacional-burguês dizendo que marchávamos para um subcapitalismo

Seria então o nacional desenvolvimentismo da recente etapa de JK, que cederia lugar a um nacional patriotismo, que compartilha uma crescente associação com monopólios internacionais em sua fase de capital internacionalizante, e um nacional populismo da época de Getúlio Vargas que renasceria impregnado nas vestes de um nacional corporativismo. Cabe às práticas

políticas, entretanto, destruir as desigualdades de apropriação entre classes e nações, suavizando a dominação econômica, já que a liberdade de mercado, por força da internacionalização e, atualmente, da globalização, tende a solidarizar interesses entre classes que antes figuravam-se como adversas. Enquanto essa tarefa não for cumprida, segue-se a dependência, como complemento do imperialismo, revelando-se por meio de uma situação estrutural, mas de forma distinta da antiga dominação colonial, atualmente caracterizada por meio do subdesenvolvimento dependente e associado (QUIJANO, 1971; CARDOSO, 1979, 1998).

5.1.1. A Dependência na Esteira da Industrialização, Desenvolvimento e Inovação

Essa forma de crescimento econômico - baseado na internacionalização do mercado e da dependência ao capitalismo associado - abre a possibilidade de se acelerar a industrialização nos países menos desenvolvidos, dando nova conformação às bases da dependência, já que o consenso é o de que país industrializado é país desenvolvido. A industrialização nos países menos desenvolvidos aparece como nova vertente à exploração de matérias primas baratas e da mais valia absoluta e relativa na direção da acumulação e, nestes termos, persiste a dependência, via o crescente endividamento externo, com reflexos negativos sobre a circulação de capitais e na capitalização das economias dependentes. É um problema ainda não resolvido na teoria do capitalismo (CARDOSO, 1973; COHN, 1969, TAVARES, 1999).

Este novo caráter de dependência, por meio da industrialização - franqueada pelos países cênicos - vem acompanhado da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho. Na visão marxista, este desenvolvimento não se generaliza por todas as regiões, nem se presta a isso, visto que as vocações regionais são diferentes e umas podem oferecer menos ou mais ao processo de expoliação capitalista. Nas palavras de FHC: "A composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe, estão se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção". Estes

são sinais que apontam para um processo de desenvolvimento capitalista com dependência, sendo o tripé dos principais beneficiários deste modelo de desenvolvimento dependente-associado: empresas estatais, corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambos (CARDOSO, 1980, p.15).

Esse desenvolvimento capitalista com as novas aspirações de dependência, impulsionado pela nova divisão internacional do trabalho, na economia contemporânea, está balizado notadamente nos seguintes fatores: i) na expansão da mais valia relativa nas nações industrializadas; ii) nas exportações pelos muitos países menos desenvolvidos, promovendo uma redução do custo de reposição da força de trabalho nas nações cêntricas; e, iii) as exportações de matérias-primas, tendendo a colaborar para a redução de investimentos em capital constante. O contrário deste discurso, no entanto, também pode ser protagonizado, como por Lenin, por ocasião da formação do capitalismo russo. O capitalismo passa a desempenhar nas sociedades em que se instala uma atmosfera de progresso, desenvolvendo as forças produtivas e dinamizando as relações de produção (LESSA, 1969; CARDOSO, 1978; FONSECA, 1999).

Da parte marxista, sublinha-se o papel da "acumulação primitiva", acompanhado pela exploração colonial na formação do capital, além de que o carro chefe do sistema capitalista industrial é o desenvolvimento e a geração de novas tecnologias para a extração da mais-valia relativa. Um problema que parte deste ponto é o de que a acumulação nos setores industriais se dão de forma diferenciada. Qual a sua função em escala mundial? Uma questão que impacta diretamente no custo da reposição da força de trabalho. Essa questão, contudo, também tende a ser definidora para que novas ondas de tecnologia se processem e mantenham a corrida pela concorrência na acumulação de capitais a fim de que produção, consumo, acumulação e o nível de atividades se mantenham em alta. É uma visão da industrialização que passa a ser observada, mais pela ótica do capital e do investimento, do que pela super-exploração do capitalismo avançado por parte da mão-de-obra superexplorada da periferia (COHN, 1969; os padrões atuais, tende a configurar-se, nos muitos países menos desenvolvidos, como

dependência dos padrões tecnológicos⁸, a qual acaba por se tornar dependência financeira, porque o processo de geração, exige cumulatividade⁹ e apropriabilidade tecnológica¹⁰, complementaridade e compatibilidade das novas inovações, e estas são um processo de conquistas de padrões tecnológicos, que levam tempo e são demasiadamente caras. Impõe-se aos muitos países menos desenvolvidos uma dependência financeira, com endividamento externo, já que necessitam buscar as tecnologias produzidas pelas nações centrais e, à medida que estes buscam a promoção da industrialização para a produção de bens de consumo, ou de intermediários de mediana tecnologia, seguem com a reprodução da dependência que vem desde o feudalismo, o primeiro dos processos de organização política. É a teoria da dependência, que não dissocia economia de política (QUIJANO, 1971; CARDOSO, 1979,). Nas palavras de CARDOSO, (1980, P. 86): "Assim, desenvolvimento e dependência (tecnológica e financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim".

⁸ A inovação para um padrão tecnológico, não é algo dado, é constituída. Ela passa a ter uma regularidade. Tem um caminho a seguir, um processo inovativo quando, constantemente, se buscam outras possibilidades, para fundar um novo, ou melhor, produto, ou novo processo produtivo (TIGRE, 1998; NEGRI, ET ALL, 2005).

⁹ Por meio da '*cumulatividade tecnológica*' que se traduz no conhecimento acumulado, vai-se permitindo que a tecnologia faça seu caminho. Regulando-se a temporalidade, faz-se com que estes elementos afluam, usando a ciência e a técnica a serviço da firma. A tecnologia tem forte relação com a "história de fazer as coisas". Isso dá condições de a firma solucionar problemas e de se inovar. Notadamente, isso está fortemente presente nas empresas antigas do início do último século (DOSI, 1982; NEGRI, ET ALL, 2005).

¹⁰ Pela '*apropriabilidade tecnológica*', a tecnologia passa a ser expressa em produtos, e por meio do processo produtivo, refletida na potencialidade do produto, do insumo onde a tecnologia pode ser gerada fora do setor. A dinâmica capitalista procura mecanismos de defesa a fim de se garantirem os ganhos por um período maior de tempo, fruto de um diferencial de concorrência através da conquista tecnológica. A firma busca a apropriação dos ganhos dessa tecnologia, por meio de garantias mediante 'patentes' aperfeiçoando-se constantemente - seu *leptime* - a fim de se produzir com menor tempo possível (DOSI, 1982; TIGRE, 1998).

6 CONCLUSÃO

Este trabalho percorreu, as principais correntes apresentadas por três importantes estudiosos do desenvolvimento, cada um destes com maior ou menor profundidade e com significado balizado em cima dos períodos de seus estudos. Em Schumpeter, o melhor caminho para o processo de desenvolvimento é a promoção do novo ou melhor produto, onde a inovação assume uma corrida que nunca para. É a destruição criativa que quebra o marasmo das economias cêntricas e periféricas para a promoção do desenvolvimento econômico, ainda que nos muitos países menos desenvolvidos, as inovações tecnológicas se deem, em maior medida, pela compra de máquinas e equipamentos do exterior, do que pela geração própria. Vê-se que, para o momento, o grande desafio às empresas dos países menos desenvolvidos é o de como se gerar inovações de produtos e de processos, investindo em P&D, ao nível de se competir com as nações desenvolvidas, conquistando-se uma posição sólida ao desenvolvimento de novos empreendimentos.

Em Furtado, o avanço do Brasil, entre diversas faces tem duas distintas, a do Brasil rural e a do Brasil urbano industrial. Este percorre um longo caminho, notadamente no último século, buscando seu desenvolvimento, passando por períodos de intensa incerteza, como no da crise de 29, mas de grande satisfação, como no de 1947-57. Segue-se com o período do milagre de 1968-73 e o da década perdida dos anos 80 e o da década de internacionalização econômica com a inflação galopante dos anos 90. Em todos esses momentos, as recomendações de aparelhamento do país, do ponto de vista da educação e da busca da eficiência técnica, é notória. A industrialização deve vir sempre acompanhada da modernização dos meios de produção. É a inovação que, à moda de Marx e Schumpeter, tem o poder de mover o capitalismo para um novo patamar, com acumulação, distribuição ou não da renda. Depende da maturação institucional da sociedade, mas não se promove desenvolvimento sem inovação.

Essa inovação, em nossos dias, deve ser uma escolha racional, quando nada ocorre sem querer, e os muitos países menos desenvolvidos passam a ser, estrategicamente, o berço de geração de inovações, já que estes

estão prontos para receberem o grau de inovação visto que, em muitos setores, se encontram equiparados as nações cêntricas. Esse processo tende a ser impulsionado pelo poder da informação rápida, da reconfiguração frenética dos padrões de inovação e do fato de estes países menos desenvolvidos terem a chance de gerar e utilizar, em larga escala, os novos padrões, com custos significativamente menores dos que poderiam ocorrer nos países cêntricos. Em países como o Brasil, com grande constelação de recursos potenciais, essa nova onda de tecnologia com poder de oferecer um novo patamar de desenvolvimento tende a estar cada dia mais próxima. Por certo, nesse olhar se aproxima uma situação de interdependência, mas que também é uma análise em que não se pode separar economia da política.

Em FHC, realiza-se um esforço de reconsiderar os problemas do desenvolvimento econômico por meio da inovação, apoiada nas situações históricas que dão coloração às transformações estruturais que permitem entender a diversidade de avanço entre as diferentes nações cêntricas e os muitos países menos desenvolvidos que estão presos a um traço histórico de situação de dependência financeira e tecnológica. Essa visão contribuiu para a multiplicação de análises sobre o importante papel do Estado para o equilíbrio do desenvolvimento e das relações centro periferia, bem como da configuração e da importância das burguesias locais - movimentos sociais, os sindicatos, os operários as ideologias - e, ainda, da marginalidade e urbanização, que passaram a ganhar relevância à luz do olhar da teoria da dependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, E. L., BONELLI, R. *Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil*. Revista de Economia Política, Vol 25, nº 3, Jul-Set – 2005.

CARDOSO, F.H. *AS IDÉIAS E SEU LUGAR: Ensaio Sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Cadernos CEBRAP n. 33 e/ou, Petrópolis, Ed. Vozes Ltda, 1980.

_____, F.H. *AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO*. Ed. Paz e Terra. Ou, "Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência", *in: Estado e Dependência*, CEBRAP, Caderno n. 11, São Paulo. 1973.

- _____, F.H. *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência*. In: José Serra (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Ed. Paz e Terra, RJ. 1978.
- _____, F.H. *O presidente segundo o sociólogo*. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. Ed. Companhia das Letras, SP. 1998.
- CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. *DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Ed. Zahar, RJ. 1979.
- CARNEIRO, R. *A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- CINTA, Ricardo, "Burguesia nacional y desarrollo", *In El perfil de México en 1980*, op. cit.
- COHN, Gabriel. *Problemas na Industrialização no Século XX*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1969. p. 285-306.
- COLISTETE, Renato P. *Revisiting Import-Substituting Industrialization in Post-War Brazil*. Texto para Discussão, PPGE Economia/UFRGS, 2010.
- DOSI, G. (1982). "Technological Paradigms and Technological Trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change". *Research policy*, vol. 11 n. 3, p.147-162.
- FARIA, Vilmar E., "Dépendance et ideologie des dirigeants industriels brésiliens", *Sociologie du travail*. N. 3, julho-setembro 1971, Paris.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 2007.
- _____, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1975^a.
- _____, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Victor Cívita, 1983^a.
- _____, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- _____, C. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975^b.
- _____, C. *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. São Paulo, Editora Companhia Das Letras, 2008.
- _____, C. *Não a Recessão e ao Desemprego*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 1983^b.
- _____, C. *O Brasil Pós-Milagre*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 1981.
- _____, C. *A Fantasia Desfeita (memórias)*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 1989.
- LESSA, C. e VASCONI, T., *Hacia una crítica de las interpretaciones del desarrollo latino americano*, Universidad Central da Venezuela. Centro de Estudios del Desarrollo, serie IV, Cursos e Conferências, n. 2, 1969.
- MASTROSTEFANO, V.; PIANTA, M. *The Dynamics of Innovation and its Employment Effects. An analysis of innovation surveys in European Industries*; artigo apresentado à conferência da 10ª International J. A. Schumpeter Society, Milão, 9-12 de junho de 2004.
- NEGRI, J.; FREITAS, F.; COSTA, G.; SILVA, A. e ALVES, P. *Tipologia das Firms Integrantes da Indústria Brasileira: Procedimentos Metodológicos Utilizados no Projeto de Pesquisa "Inovação, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras"*, Brasília, 2005.
- POSSAS M. L. *Dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: brasiliense, 1987.
- QUIJANO, Aníbal. "Nationalism and capitalism in Peru: a study in neo-imperialism", *Monthly Review*, vol. 23, n. 3, julho-agosto 1971.
- ROSENBERG, N. (1979), *Tecnología y Economía*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1984, p. 110-116.
- _____. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1988.
- _____. *Business Cycles: a theoretical historical and statistical analysis of capitalism process*. New York, McGraw-Hill. 2005.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

TAVARES, M. C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 3a. ed. 1999.

TIGRE, P. B. Inovação e teoria da firma em três paradigmas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 3, jan./jun. p. 67-111, 1998.